

Relações entre período escravista e as relações raciais hodiernas em Chapada do Norte - Vale do Jequitinhonha (MG)

Tile relationships between the slavery period and the nowadays racial relationships in Chapada do Norte - Vale do Jequitinhonha (MG)

Liliana de Mendonça Porto*

Em memória de D. Lídia do Padre

Resumo: A proposta deste texto consiste na apresentação e análise de dados sobre a escravidão no século XIX em Chapada do Norte, cidade do Vale do Jequitinhonha mineiro. Como fontes serão utilizados os registros de batismos e casamentos disponíveis na paróquia local, bem como os livros do cartório local referentes ao século XIX. O texto busca, ainda, relacionar tais dados com a memória dos moradores sobre o período escravista. Por fim, a partir do vínculo entre história e memória descrito, propõe-se a compreender a influência do passado na forma com que se dão as relações raciais no cotidiano.

Palavras chaves: Vale do Jequitinhonha, Chapada do Norte, casamentos e batismos, século XIX, memória, relações raciais

Abstract: This text proposal consists on the presentation and data analysis about the slavery on the nineteenth century in Chapada do Norte, city in the Valle do Jequitinhonha in Minas Gerais. As sources will be used baptismal and wedding registers that are still available in the local parish as well as notebooks of the local registry office referring to the nineteenth century. The text aims to relate such data with the memory from the people on the slavery period. Finally, from the link between history and memory previously described, there is a proposition to comprehend the influence of the past in a way that it shapes the racial relationship with everyday facts.

Key-words: Vale do Jequitinhonha; Chapada do Norte; weddings; baptisms; nineteenth century; memory; racial relationships.

* Doutora em Antropologia pela UnB, professora do Departamento de Antropologia e Tutora do PET Ciências Sociais da UFPR. Email: lilianaporto@ufpr.br

Este texto possui dois objetivos básicos. O primeiro deles consiste em apresentar e analisar dados quantitativos obtidos a partir da documentação, ainda, existente sobre batismos e casamentos no século XIX na paróquia da atual cidade de Chapada do Norte/MG¹, destacando em especial aqueles que apontam a composição racial da população e a condição social dos envolvidos (nos casos em que são identificados como livres ou escravos, filhos legítimos ou naturais). O contraste entre estes registros, bem como entre eles e algumas informações obtidas nos Livros de Notas do Cartório do Arraial de Santa Cruz da Chapada, referentes ao mesmo período, possibilita traçar um quadro da escravidão e da composição racial da população no local, bem como indica possibilidades de compreensão da maneira pela qual se davam as relações inter-raciais no local, bem como a forma com que estas eram percebidas. A partir desta reflexão, passar-se-á, então, a considerar os relatos de moradores locais sobre o período escravista, buscando perceber como o passado é interpretado na atualidade. A memória, neste contexto, ao interligar passado e presente, permite compreender como o passado é vivido no presente, e funda modelos de relações raciais e de percepção da condição do negro no cotidiano. É este nosso segundo objetivo.

1 Escravidão e Relações Raciais no Século XIX

O povoado sede do atual município de Chapada do Norte, antigo Arraial de Santa Cruz da Chapada, situado no Vale do Jequitinhonha, resulta da expansão mineradora aurífera ocorrida no nordeste mineiro a partir da segunda década do sec. XVIII. Origina-se da descoberta, em 1728, de grande mancha de ouro na margem esquerda do rio Capivari, para onde se deslocam os habitantes de Paiol e Itaipava, dois outros povoados que haviam se formado meses antes e que então se desfazem (Pizarro e Araújo:1948; Matos: 1979). A Freguesia de São Miguel de Itaipava, já fundada, é extinta - segundo Matos (1979), a pedido do povo - em 20

de janeiro de 1729. Em lugar dela, levanta-se a de Santa Cruz da Chapada no ano seguinte. Em um território, ainda, praticamente despovoado, fazendo divisa a norte e leste com os “sertões incultos”, esta nova freguesia dista apenas três e quatro léguas, respectivamente, das sedes das freguesias de Bom Sucesso do Fanado e Água Suja. Tais fatos ilustram a irregularidade da ocupação territorial, que se dá segundo as novas descobertas de ouro, bem como a possível efemeridade dos povoados então formados, que só permanecem caso não surja melhor oportunidade para seus moradores em outros locais. Apontam, também, a importância que adquire a presença da Igreja no processo colonizador – mesmo que de uma maneira peculiar, através de irmandades leigas e párocos seculares. Acrescente-se, ainda, devido ao trabalho escravo ser a mão-de-obra básica da atividade mineradora, ser parte significativa da população deslocada para o recente povoado de negros cativos, o que marca o perfil da população local, bem como suas crenças e visão de mundo até os dias atuais.

Embora a atividade mineradora já se encontrasse em decadência na primeira metade do sec. XIX (Saint-Hilaire: 1975; Spix e Martius:1961), o contexto acima é de fundamental importância para a compreensão dos dados aqui analisados. Com efeito, a mineração – com povoamento rápido e assistemático, grande importância dos núcleos urbanos, contingente significativo de população negra e posteriormente mestiça, presença de irmandades leigas e instituição de um catolicismo autônomo e popular – marca não apenas a maneira pela qual o Alto/Médio Jequitinhonha mineiro é definitivamente povoado, mas também o perfil físico e sócio-cultural de sua população. Mesmo porque, após a decadência da exploração aurífera e do cultivo de algodão – que a sucede de maneira breve (Saint-Hilaire:1975; Ribeiro:1993; Souza: 2000) –, a região não mais representará um papel de destaque na economia estadual, o que leva a uma estabilização populacional e da economia, fazendo com que se desenvolva uma forma particular de concepção de mundo e de relações sociais,

¹ Como os dados sobre sepultamentos não abordam os temas, foco deste texto, serão acrescentados em anexo apenas como registro para posteriores consultas.

cujos moldes remetem fortemente ao período colonial.

A caracterização do Arraial de Santa Cruz da Chapada no sec. XIX não é, contudo, tarefa simples, na medida em que os relatos e a bibliografia sobre o período são relativamente escassos, e os poucos documentos, ainda, existentes na cidade estão, muitas vezes, em condições precárias de conservação e em vários casos guardados em casas de particulares (o que dificulta sua localização e consulta). Além disso, na memória há uma lacuna que vai desde a exploração aurífera até o sec. XX. Lacuna esta que leva a que um período histórico fundamental na constituição do perfil do povoado na atualidade seja geralmente desconsiderado, e para o preenchimento da qual este texto pretende minimamente contribuir.

Uma das importantes fontes documentais na atualidade são os livros (na maior parte fragmentos) de registro de batismos, casamentos e sepultamentos da paróquia local, os mais antigos deles datados de meados do século XIX². Antes de analisar os dados apresentados é, contudo, importante ressaltar que as variáveis consideradas são aquelas constantes nas fontes documentais. Assim, com relação à classificação racial, são quatro as categorias encontradas: brancos, crioulos, pardos e mistos. Ao que tudo indica, os crioulos correspondem aos negros filhos de pais, também, definidos como negros, os mistos a filhos de relações explicitamente inter-raciais, e os pardos àqueles não brancos que não se encaixam nas definições anteriores (podendo, também, envolver os cabras, categoria que parece ser aplicada a indígenas e que só é citada nos Livros de

Notas do cartório local). Como na atualidade, a categoria pardos surge como bastante indefinida, o que vai ser fundamental ao considerarmos os registros de casamentos, pois nestes não há referência a mistos nem a qualquer casamento inter-racial, mas a categoria pardo cresce significativamente. Nos casos em que a variável considerada não é citada, os números aparecem na tabela na coluna SR (sem referência).

Com relação a batismos, os registros referem-se a dois períodos distintos: o primeiro, com 741 registros e o único em que o livro encontra-se intacto, vai de setembro de 1850 a agosto de 1858, e o segundo, com 248 registros, de março de 1870 a agosto de 1875. Os dados referentes a eles, sintetizados nas Tabelas 1 e 2, fornecem informações significativas acerca da composição racial da população local, presença da escravidão, índice de casamento de escravos, processos de miscigenação racial e nascimento de filhos naturais. Apesar de os dados do segundo período serem baseados em fragmentos de livros, pode-se observar um padrão semelhante de informações, sendo a principal distinção em relação ao anterior o aumento de crianças sem classificação racial (sobe de 0,7% para 31,9%). Curiosamente, contudo, não diminui o percentual de brancos e mistos frente ao total de crianças batizadas, o que provavelmente aponta para a exclusão de referência de classificação racial entre crianças pardas e crioulas – provavelmente frente à maior importância simbólica atribuída à definição racial de brancos e mistos (no primeiro caso por uma questão racial e no segundo por uma questão social).

² A divulgação destes dados torna-se, ainda, mais importante devido a um fato ocorrido recentemente na cidade. Até a época da pesquisa, D. Lídia, em memória da qual escrevo este texto, guardava por décadas os livros da paróquia, fato que com certeza contribuiu para a conservação dos registros então existentes (com efeito, seu irmão, Manoel do Padre, que como ela foi criado por um dos principais párocos da história do município, e ocupou por décadas a Secretaria da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, contou-me que inúmeros livros da paróquia que estavam armazenados na Igreja Matriz de Chapada do Norte foram destruídos por cupins, tendo sido seus restos posteriormente queimados). No entanto, um dos padres, recentemente, designados para o local retirou os livros da casa desta senhora, o que, provavelmente, vai colocar em risco sua conservação, visto serem as substituições de párocos frequentes, e não haver mais um responsável fixo por tais documentos.

Com relação à composição racial da população, observa-se um predomínio significativo de não brancos entre os habitantes locais: apenas 5,8% e 5,2% respectivamente, contra 46,0% e 37,1% de pardos, 12,7% e 12,1% de mistos e 34,8% e 13,7% de crioulos. Entretanto, somente parcela pequena da população de cor é então identificada como filha de pais escravos – sendo apenas 0,8% e 1,2% filhos de casais escravos, e 9,4% e 10,1% filhos exclusivamente de mães escravas nos dois períodos. Não há crianças reconhecidas como filhas de pais escravos e mães sem referência

a condição social. Tais dados apontam, assim, já em meados do sec. XIX, para a presença de enorme contingente de pessoas livres de cor na freguesia, e, conseqüentemente, para a diminuição da importância das relações escravistas entre negros e brancos. Acrescente-se que a proximidade dos percentuais nos dois períodos (com crescimento discreto de filhos de escravos no segundo) não nos permite supor nenhum tipo de mudança significativa no perfil da escravidão no intervalo entre as duas décadas consideradas.

Tabela 1:

Gênero e Filiação por Classificação Racial de Crianças Batizadas no Arraial de Santa Cruz da Chapada no período 1850-1858

		01 de setembro de 1850 a 01 de agosto de 1858					
Crianças batizadas		Classificação racial					
		Branco	Pardo	Misto	Crioulo	SR	Total
Gênero	Homens	24	185	51	136	3	399
		55,8%	54,3%	54,3%	52,7%	60,0%	53,8%
	Mulheres	19	156	43	122	2	342
		44,2%	45,7%	45,7%	47,3%	40,0%	46,2%
Filiação	Filhos legítimos	41	271	51	184	3	550
		95,3%	79,5%	54,3%	71,3%	60,0%	74,2%
	Filhos naturais	2	69	43	74	2	190
		4,7%	20,2%	45,7%	28,7%	40,0%	25,6%
	SR		1				1
		0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Condição social dos pais	Pai e mãe escravos				6		6
		0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	0,0%	0,8%
	Mãe escrava		13	17	38	2	70
		0,0%	3,8%	18,1%	14,7%	40,0%	9,4%
	SR	43	328	77	214	3	665
	100,0%	96,2%	81,9%	82,9%	60,0%	89,7%	
Total		43	341	94	258	5	741
		5,8%	46,0%	12,7%	34,8%	0,7%	100,0%

Tabela 2:
 Gênero e Filiação por Classificação Racial de Crianças Batizadas no Arraial de Santa Cruz da Chapada no
 período 1870-1875

		19 de março de 1870 a 10 de agosto de 1875					
Crianças batizadas		Classificação racial					
		Branco	Pardo	Misto	Crioulo	SR	Total
Gênero	Homens	10	47	17	19	41	134
		76,9%	51,1%	56,7%	55,9%	51,9%	54,0%
	Mulheres	3	45	13	15	38	114
		23,1%	48,9%	43,3%	44,1%	48,1%	46,0%
Filiação	Filhos legítimos	13	78	13	27	59	190
		100,0%	84,8%	43,3%	79,4%	74,7%	76,6%
	Filhos naturais		14	17	6	20	57
		0,0%	15,2%	56,7%	17,6%	25,3%	23,0%
	SR				1		1
		0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,4%
Condição social dos pais	Pai e mãe escravos			1	2		3
		0,0%	0,0%	3,3%	5,9%	0,0%	1,2%
	Mãe escrava		4	14	1	6	25
		0,0%	4,3%	46,7%	2,9%	7,6%	10,1%
	SR	13	88	15	31	73	220
		100,0%	95,7%	50,0%	91,2%	92,4%	88,7%
Total		13	92	30	34	79	248
		5,2%	37,1%	12,1%	13,7%	31,9%	100,0%

Pode-se identificar, ainda, um percentual de cerca de 25% de filhos naturais registrados nos dois períodos. Este percentual, contudo, não se distribui igualmente entre as diversas categorias raciais. Assim, se entre os brancos apenas no primeiro período há filhos naturais, e estes representam somente 4,7% dos batizados, entre os mistos a

proporção de filhos naturais sobe para 45,7% (tabela 1) no primeiro período e 56,7% (tabela 2) no segundo. O que reforça interpretação anterior quanto à definição como misto representar menos uma classificação racial que um indício quanto ao tipo de relação que gerou a criança. Observe-se, ainda neste sentido, que dentre os filhos de mães escravas 56,0%

são mistos, podendo-se inferir estes como filhos de relações desiguais de poder entre senhores brancos e escravas negras.

Neste sentido, a comparação entre os dados sobre batismos e casamentos (estes apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5) reforça o que foi dito acima. Antes, porém, é importante ressaltar algumas peculiaridades dos registros de casamentos. Em primeiro lugar, são obtidas informações de quatro períodos distintos: de julho de 1840 a junho de 1841 (44 registros), de junho de 1851 a novembro de 1853 (45 registros), de abril de 1874 a junho de 1875 (175 registros) e de agosto de 1889 a maio de 1891 (34 registros). Ao contrário do que ocorre com os batismos, contudo, não há padronização dos registros ao longo de todo o intervalo considerado, observando-se uma diminuição de dados sobre as características dos noivos com o passar do tempo. Assim, só há referência (em alguns casos) à condição social dos noivos como livres no primeiro período, bem como sua classificação racial só ocorre neste e no segundo período. Nos dois últimos, a única informação a ser aqui considerada é o tipo de filiação. Em todos eles, o que se encontra atualmente são apenas fragmentos de livros.

O primeiro ponto a ser levantado é que, durante os períodos em que os noivos são racialmente classificados, não há nenhuma referência a casamentos inter-raciais nem a indivíduos mistos, sendo, exclu-

sivamente citados, casamentos entre brancos, pardos ou crioulos. Note-se, entretanto, que há um crescimento significativo do percentual de pardos quando comparados os dados de batismos e casamentos. Estas informações sugerem duas inferências: por um lado, apesar da existência de relações inter-raciais gerando filhos – demonstrada pelo nascimento de crianças classificadas como mistas, há uma recusa do reconhecimento oficial de relações inter-raciais; por outro, a indefinição da categoria parda sustentaria esta recusa, gerando a possibilidade de assimilação de noivos dentro desta categoria.

Quando se considera a definição dos noivos como livres ou escravos, por sua vez, é interessante observar que só há referência a casamentos entre livres (tabela 3), e, nestes casos, somente para pardos e crioulos. Tais índices são, por sua vez, elevados: 87,5% (tabela 3) dos casamentos entre pardos se dá entre pessoas reconhecidamente livres, sendo este percentual de 66,7% (tabela 3) entre crioulos. Neste caso, pode-se questionar o que significaria a ausência de referência de condição social, e se representaria o mesmo para as três categorias classificatórias. No caso do único casamento entre brancos (tabela 3), seria possível sugerir que a não classificação se deve à obviedade da condição livre dos mesmos. Já para negros e pardos ela, poderia ou não indicar a condição escrava dos noivos, mas não há nenhuma evidência concreta de casamentos entre escravos.

Tabela 3:

Filiação e condição social por classificação racial de noivos em casamentos realizados na Freguesia de Santa Cruz da Chapada no período 1840-1841

03 de julho de 1840 a 15 de junho de 1841						
Noivos		Classificação racial				
		Branco c/ branca	Pardo c/ parda	Crioulo c/ crioula	SR	Total
Tipo de filiação	Legítimo c/ Legítima	1	11	1	8	21
		100,0%	45,8%	16,7%	61,5%	47,7%
	Legítimo c/ natural			1	3	10
		0,0%	25,0%	16,7%	23,1%	22,7%
	Natural c/ Legítima			3	1	8
		0,0%	16,7%	50,0%	7,7%	18,2%
	Natural c/ natural			1	1	4
		0,0%	8,3%	16,7%	7,7%	9,1%
	SR					1
		0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	2,3%
Condição social	Livre c/ livre		21	4		25
		0,0%	87,5%	66,7%	0,0%	56,8%
	Livre c/ escrava					0
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Escravo c/ livre					0
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Escravo c/ escrava					0
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	SR	1		2	13	19
		100,0%	12,5%	33,3%	100,0%	43,2%
Total		1	24	6	13	44
		2,3%	54,5%	13,6%	29,5%	100,0%

Tabela 4:

Filiação por classificação racial de noivos em casamentos realizados na Freguesia de Santa Cruz da Chapada no período 1851-1853

		11 de junho de 1851 a 24 de novembro de 1853				
Noivos		Classificação racial				
		Branco c/ branca	Pardo c/ parda	Crioulo c/ crioula	SR	Total
Tipo de filiação	Legítimo c/ Legítima	2	19	2		23
		50,0%	55,9%	33,3%	0,0%	51,1%
	Legítimo c/ natural		3		1	4
		0,0%	8,8%	0,0%	100,0%	8,9%
	Natural c/ Legítima	1	6	1		8
		25,0%	17,6%	16,7%	0,0%	17,8%
	Natural c/ natural	1	6	3		10
		25,0%	17,6%	50,0%	0,0%	22,2%
	SR		3	2		5
		0,0%	8,8%	33,3%	0,0%	11,1%
Total		4	34	6	1	45
		8,9%	75,6%	13,3%	2,2%	100,0%

Um último aspecto a analisar, aqui referente a todos os períodos considerados, é quanto à não restrição de inter-casamento entre filhos naturais e legítimos, aparentemente em todas as categorias raciais (o que não poderia ser analisado no primeiro período para brancos, pois há apenas um casamento registrado). Assim, se a classificação racial aponta para diferenças entre grupos específicos, o tipo de filiação não parece ser um demarcador significativo de distinções sociais ou de estabelecimento de preconceito relativo ao estado civil dos pais de habitantes locais. Estas informações nos levam, ainda, a supor que não há concentração de filhos naturais em uma única classe social, ou então, que o casamento inter-social não é, também, problemático (sendo a primeira hipótese, creio, mais provável que a segunda).

Sintetizando o que foi dito, podemos afirmar que o Arraial de Santa Cruz da Chapada é, no sec. XIX, um povoado composto de população essencialmente de cor, livre em sua grande maioria – a escravidão não é significativa no local já antes da metade do século –, miscigenada, mas que, apesar dos contatos inter-raciais relativamente freqüentes, tem grandes dificuldades simbólicas de lidar publicamente com tais contatos. Além disso, é local em que as relações sexuais ilícitas são responsáveis por cerca de 25% dos nascimentos, não sendo os filhos de tais relações aparentemente discriminados nos contatos com filhos legítimos – apesar de a memória dos atuais moradores afirmar a grande rigidez moral do passado e a não aceitação de tais relações.

Tabela 5:

Filiação de noivos em casamentos realizados na Freguesia de Santa Cruz da Chapada nos períodos 1874-1875 e 1889-1891

Tipo de casamento		Período	
		25 de abril de 1874 a 25 de junho de 1875	04 de agosto de 1889 a 30 de maio de 1891
Noivos	Legítimo c/ legítima	108	19
		61,7%	55,9%
	Legítimo c/ natural	24	4
		13,7%	11,8%
	Natural c/ legítima	32	8
		18,3%	23,5%
	Natural c/ natural	7	1
		4,0%	2,9%
	SR	4	2
	2,3%	5,9%	
Total		175	34
		100,0%	100,0%

O baixo índice de população escrava na freguesia não implica, contudo, que os escravos fossem localmente desvalorizados. Ao contrário, os registros nos Livros de Notas do Arraial de Santa Cruz da Chapada, no período entre 1832 e 1874, demonstram seu alto valor, e estes, juntamente com as propriedades (até metade do século com predomínio dos estabelecimentos rurais, posteriormente, das propriedades urbanas), são os bens preferenciais na garantia de dívidas. A partir de 1860, os preços de escravos, inclusive crianças, atingem valores correspondentes a várias propriedades rurais, e superiores àqueles definidos por Lilia Schwarcz como sendo os preços médios de cativos no país (Schwarcz e Reis: 1996). Assim, enquanto os preços médios nacionais são estipulados pela autora, em 1860, como sendo de 1.261.000 réis para o homem adulto,

1.004.000 réis para a mulher adulta, 300.000 réis para crianças e 430.000 réis para velhos, no período encontramos em Terras Altas escravos adultos (tanto homens quanto mulheres) vendidos entre 1.000.000 e 1.500.000 réis, e não há criança vendida por menos de 460.000 réis (atingindo um escravinho o preço de 1.400.000 réis). Na mesma época, sítios são vendidos no povoado por 400.000, 500.000 réis.

Curiosamente, nos vários documentos de transação de escravos, não há qualquer referência à negociação com pessoas de fora do povoado, e, à medida que o século avança, os escravos citados na documentação são cada vez mais nascidos no próprio local. Assim, quando se considera a definição de origem/racial dos escravos, observamos que, se no período que vai de 1832 a 1836 há número

significativo de escravos “de nação” (31,4% dos escravos citados), com predomínio de indivíduos de origem banto, esta proporção reduz sensivelmente nos períodos seguintes, quando também a referência à origem passa a ser menos relevante (quando ocorre, continua a reforçar o predomínio dos bantos). Também, a proporção de escravos crioulos decresce com o decorrer do século, aumentando a de escravos pardos e mistos. Já a presença de escravidão índia se mostra praticamente irrelevante: dos 265 escravos citados nos Livros de Notas de 1832 a 1874, apenas 5 (1,9%) são cabras, havendo um único misto cabra. Na verdade, não somente quando se leva em conta os dados relativos à escravidão a presença indígena é pouco significativa. Nos vários tipos de documentos sobre o período é raro encontrar qualquer menção a pessoas ou grupos de origem indígena, e a memória o índio não contribui, de forma reconhecida, na composição da população e cultura local³.

Ainda, sobre a escravidão, observa-se a inexistência de propriedades rurais com número elevado de escravos. Se na década de 1830 é possível encontrar hipotecas de propriedades rurais que possuem 12 ou 10 cativos de origens diferenciadas, a partir do final desta década não há mais alusão a nenhuma propriedade rural com mais de quatro cativos, e nos poucos casos em que este é o número de escravos, observa-se a tendência de que seja pela presença de uma mulher adulta com crianças ou jovens (provavelmente seus filhos). Em meados do século há, novamente, uma mudança de padrão: os escravos continuam a ser um dos bens mais valorizados na garantia de hipotecas, mas não mais aparecem como vinculados a propriedades rurais, e nos casos em que

estas são hipotecadas, o são juntamente a um ou nenhum cativo. Também, se intensifica a ocorrência de cartas de liberdade, mas, em sua maioria, estas estão ligadas ao falecimento do senhor, havendo, ainda, casos de liberdade comprada.

2 A Visão do Passado na Memória e as Relações Raciais Hodiernas

O quadro anteriormente descrito é fundamental para compreender o perfil populacional de Chapada do Norte na atualidade, bem como a maneira pela qual se dão as relações raciais no cotidiano e como estas se vinculam a uma compreensão particular da escravidão expressa na memória. Com relação ao primeiro ponto, a cidade continua a ser predominantemente negra, destacando-se inclusive dos municípios vizinhos – o que gera uma forte estigmatização local, fazendo com que seja vista como terra de negros e, conseqüentemente, de feitiçeiros. Este perfil populacional é demonstrado pelos dados dos dois últimos Censos Demográficos do IBGE. Assim, de acordo com o Censo 1991, 19,82% (3129) dos 15790 moradores do município de Chapada do Norte é preta, 65,3% (10314) parda, 14,5% (2295) branca, havendo apenas 9 indígenas e 43 moradores sem declaração. Quadro que se modifica um pouco segundo o Censo Demográfico 2000, com uma ligeira elevação do percentual de brancos, negros e indígenas em detrimento dos pardos: 15225 habitantes, sendo 3560 (23,4%) pretos, 3168 (20,8%) brancos, 8258 (54,2%) pardos e 83 (0,5%) indígenas. Esta alteração, contudo, não pode ser interpretada como uma efetiva mudança no perfil racial da população, na medida em que não há nenhum tipo de fluxo imigratório na década (ao contrário, a cidade é

³ Os relatos que ouvi sobre a presença e importância da contribuição indígena foram todos influenciados pelo discurso de um médico que trabalhou na cidade, responsável pela criação de um grupo de teatro denominado “Curutuba”, supostamente em homenagem a uma tribo que habitou o local. Não sei, contudo, qual a origem da afirmação deste médico, claramente um inventor de tradições.

expulsora de população, e esta expulsão não se limita a nenhum grupo racial específico). Uma possível interpretação para as alterações é a tendência a aumento de auto-identificação de acordo com categorias definidas em detrimento da indeterminação da categoria pardo.

Os próprios moradores locais atribuem à mineração aurífera e à escravidão o povoamento local e os contornos que sua população apresenta na atualidade. Nas palavras de Seu Manoel, morador local negro, que teve importante papel político na cidade e foi Secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário:

“M: Chapada já nasceu... proveniente do ouro aqui explorado. Já pelos portugueses, que vinham trazendo bastante escravos, por aqui eles viam que dava bastante ouro, então por aqui eles ficaram. Muitos deles. E começaram a explorar, e daqui saiu foi muito, muitas grandes riquezas para Portugal. Daqui de Chapada. As marcas estão aqui em volta de Chapada, e são buracos, crateras e buracos feitos ainda pela escavação do ouro, a lavagem do ouro, que era intensa aqui pelos escravos. Com essa lavagem de ouro foi se crescendo, aí os portugueses foi se misturando a raça... misturando, e hoje então está uma cidade ainda que a maioria, a maior parte são negros, mas já tem uma grande mistura com todas as cores, né? E assim formou-se a população de Chapada”.

Reconhecer que o ouro e a escravidão são as grandes referências sobre o passado, responsáveis pelo perfil negro da cidade no presente – e por sua estigmatização – leva a que a memória dos moldes em que ocorriam as relações escravistas seja um dos componentes fundamentais na maneira pela qual se dão as interações raciais na atualidade. Embora, como vimos no item anterior, a escravidão tenha deixado de ser quantitativamente relevante no arraial, já em meados do sec. XIX, ela é simbolicamente crucial na forma como os moradores locais pensam o passado. Pois, como afirma Portelli (1981;1991), se a história oral possui limites com relação à reconstituição do passado, são exatamente estes limites sua riqueza, pois é através dos deslocamentos com relação à “his-

tória oficial” que podemos perceber a maneira pela qual se atribui sentido ao passado no presente. Em outras palavras, os silêncios, esquecimentos e mudanças que ocorrem nos relatos são tão significativos quanto as lembranças.

Gostaria, a seguir, de citar dois depoimentos de moradores locais negros e idosos que afirmam a escravidão como o sistema de desumanização por excelência, e que deixam claro como o foco de tal desumanização são os negros (principalmente no primeiro deles):

“A: Então antigamente os nego era comprado. Ia fazer qualquer serviço, só mandava eles fazer, os nego. Os nego carregava pedra, num ganhava nada, só ganhava comida. Carregando pedra, pau, tudo, lavando ouro, como diz que lavava aqui de premera, os nego. Mas o ouro eles num podia vender, vender prá quem? Eles tinha de dá o senhor. Então tem muito ouro guardado aí, que eles num podia vender, por maldade, eles furava um buraco, escondia, prá não dá os senhor deles. Tem muito ouro aí escondido aí, mas ninguém sabe. Entonce eles ia fazendo esse serviço... Então os nego... ficava assim dum lado: “Mas o sinhô e a sinhá tá cumeno aqui na mesa”... se num chegava um assim: “Que que cê tá fazendo aí, que cê tá oiando prá cá, óia prá lá”. Criação, né, burro: “Sai, cachorro!”

L: É igual...

A: Cachorro. “Sai prá lá, cachorro!” Então algum dia um falou assim...

L: E como é que é a história que o senhor falou que eles eram ferrados?

A: Ferrado. Os nego eram ferrado.

L: Aonde?

A: Aqui tinha dois nego antigo, me contaram.

L: E era ferrado onde?

A: Na cara. Um ferrozinho assim. Um carimbo, eles tinha um carimbo... É criação! Gado num tem os ferro? Então eles era ferrado,

num misturava com ninguém. O meu é meu mesmo, o outro é outro mesmo. Então eles ficava jogado pras cobra. Comia num dava eles... Num punha o pé na casa do senhor de jeito nenhum, de jeito nenhum. Nego num punha. Come lá fora. Cachorro. Cê num vê cachorro? A comida lá fora”.

“M: Diz que os nego da Costa era os cativeiro. Diz que é no tempo dos cativeiro que eles conta. Meu avô mesmo era cativeiro. Diz que eles amarrava eles no pau e sentava...

(...)

M: Diz que eles chegava o coro. Diz que num dava comida não. Diz que as ropa deles era uns pedacinho de ropa assim, uns cotocozinho de algodão, diz que era as ropa que eles dava pros nego da Costa. E tinha que trabaia onde que tem essas pedreira, essas calçada tudo, diz que era os nego da Costa que fazia. Agora eu já num alcancei... Eu alcancei carrancismo, mas não esses daí. Carrancismo de trabaia como nós trabaia mas prá nós mesmo, e eles trabaia era pra...

A: E num pagava a gente não, madrinha?

T: Pagá o quê? Um pratinho de comê se dé...

M: Nada. E assim mesmo não que presta. Era o resto.

T: Diz que era. Inda batia ainda, Maria Preta?

M: Inda batia.

(...)

L: E esses nego da Costa vinham de onde?

M: Qué dizê que é nos mesmo que tava aqui.

T: Nós mesmo do local, é...

(...)

A: Ah, hoje se fô gente batê na gente pra mode a gente trabaia, a gente morre de fome.

T: A gente morre.

M: Morre.

(...)

T: Eu nunca nem ouvi falá de nego da Costa. Eu sabia dos cativero, mas eu num sabia que tinha nome assim, não.

M: É, nego da Costa. Cativero diz que era nego da Costa. Masi num pecisava sê nego memo não, podia sê a... um...

T: Qualqué um era...

M: Tem um...

T: Tudo véve é tabaiano, né?”

Os dois depoimentos apontam aspectos relevantes quanto a como são concebidas pela população local as condições a que eram submetidos os negros escravos e à injustiça que o regime da escravidão representa. Explicitam, também, que, quando se fala do passado, negros e escravos são definidos como sinônimos. Tanto que, ao final do segundo depoimento, não era sequer necessário ser negro para ser “nego da Costa”. As relações de trabalho podem colocar qualquer um no lugar de negro. E este lugar é aquele da degradação máxima a que pode ser submetido o ser humano. Com efeito, negros eram responsáveis por todo o trabalho pesado sem remuneração. O tratamento dado a eles assemelhava-os a animais: comprados, ferrados no rosto como gado, enxotados do ambiente doméstico, alimentados fora de casa como cachorros. No entanto, mesmo nesta situação extrema e apesar do tratamento a eles dispensado tentar assemelhá-los a animais, eles não o são, e sua capacidade de reação pode ser percebida na negativa de entregar ao senhor os frutos de seu trabalho – que, não podendo ser comercializado, era escondido.

Neste ponto, há indícios de uma ambiguidade que perpassa a maioria dos depoimentos locais sobre o tema, e que é evidente inclusive na continuidade das duas entrevistas acima – em que o primeiro depoente relata um caso em que o negro é capaz de burlar o senhor, mesmo sendo posteriormente pego e apanhado; e a segunda informante fala da pretensão de um “nego da Costa” (aqui realmente negro) de se casar com a rainha, que a engana e quase consegue, mas ao não conseguir é punido como um escravo:

“Diz que quando eles escutô eles falô: “Sem vergonha! Ocê que tá fazeno essa paiaçada!” Diz que eles voltô prá trás, montô o chicote nele”. Neste sentido, o primeiro depoimento é ilustrativo, pois se afirma que os negros se recusam a partilhar o resultado de seu trabalho com o senhor, o que é aparentemente justo e demonstra uma reação clara ao sistema desumanizante, esta atitude é definida como “maldade”, o que acaba por reconhecer uma certa legitimidade na escravidão.

A construção da imagem da escravidão, acima descrita, pode ser compreendida a partir da maneira pela qual se dão as relações raciais no cotidiano. Seguindo um padrão recorrente no Brasil, o forte racismo que marca a cidade é um “racismo silencioso”, e práticas cotidianas de discriminação se conjugam à negação explícita de que esta ocorra. No entanto, em vários momentos o racismo, ao se negar, se explicita, como no caso de um professor local, negro (mas que não se percebe como tal), que me disse ser mal visto na cidade por conversar da mesma forma “desde com a branquinha até com a pretinha mais feinha”. Além disso, como nos momentos citados no parágrafo anterior, há uma certa legitimidade na discriminação, mesmo que ela seja percebida como desumana. A experiência da escravidão e a animalização do negro que ocorre neste período teria criado um sistema de relações injusto porém, em alguma medida, aceitável. Seu Manoel afirma:

L: Há, sempre, de certa forma, uma referência de que Chapada do Norte seria uma cidade de negros. O senhor acha que Chapada também tem essa visão de si mesma, ou não?

M: Não, muito pouco. Se tem é muito pouco. Quase não dá para se notar isso, aqui em Chapada. Hoje a mistura, é muito grande a mistura. Porque quase a maioria dos negros de Chapada já se infiltraram na maioria de família de pessoas brancas aqui. Então, com isso, lá vai se perdendo, porque já tem muitos filhos de casais de negros com brancos que hoje já não são nem negros nem brancos, já são assim numa cor mulata, numa cor que eles

tarja cuia. Então mudou muito, não é mais aquele negócio de falar do negro... Nós temos famílias de brancos aqui que se falar de negros tão falando deles, porque eles são raça de negros. Então, eles não pode... por muito branco que seja não pode falar de negro, porque a descendência tem gente de negros, entendeu? E nós temos mesmo, muita gente branco aqui que é tudo raça de negro.

(...)

L: E o senhor acha que aqui em Chapada do Norte tem algum tipo de discriminação? Na relação entre negros e brancos?

M: Não, não, quase não existe isso aqui. Não existe e acho que nem pode existir, porque quase que os brancos a maioria são tudo raça negra mesmo. É... nós temos poucas famílias aqui que ainda são raça de português, que são brancos mesmo”.

Em outras palavras, o que esta fala exemplifica bem, se nega o racismo sem que este seja questionado. Não haveria discriminação na cidade não porque esta seja ilegítima em termos gerais, mas porque não poderia ocorrer na medida em que mesmo as famílias brancas têm negros entre eles. A miscigenação seria responsável por um abrandamento das relações desiguais entre brancos e negros, mas os princípios destas relações desiguais não são colocados em cheque.

Além disso, a experiência dos negros no cotidiano é de uma constante recusa de sua forma de ser. Eles não somente são vistos como mais feios, mas seu cabelo é definido como “ruim”, seus traços são “chaboqueiros”, eles são tidos como mais sujos, sua religião é inaceitável, são o estereótipo do feitiçeiro, socialmente condenado. É esta experiência que orienta a elaboração da concepção do sistema escravista anteriormente esboçada. Não interessa, portanto, que a escravidão tenha perdido força já em meados do sec. XIX, e que a população desde então venha experimentando uma situação de convivência social entre homens de cor livres. Ela é, simbolicamente, fundamental para a sustentação de

um modelo de relações raciais desiguais no cotidiano. A ausência de memória em torno do sec. XIX, da decadência do regime escravista e da abolição são o resultado de uma sociedade que faz com que a classificação racial de seus membros seja, hoje, um importante fator de estabelecimento de desigualdades nos processos de interação face a face.

REFERÊNCIAS

MATOS, R. J. C. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979.

PORTELLI, A. The Peculiarities of Oral History. *History Workshop*, issue 12, Autumn, 1981.

PORTELLI, A. The Death of Luigi Trastulli in *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories. Form and Meaning in Oral History*, New York: State University of New York Press, 1991.

PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Memórias Históricas do*

Rio de Janeiro (1820), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

RIBEIRO, R. F. *Campesinato: Resistência e Mudança*. Belo Horizonte, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFMG.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817)*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SCHWARCZ, L.; REIS, L. V. S. (org.). *Negras Imagens. Ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

SOUZA, J. V. A. *Igreja, Educação e Práticas Culturais*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História, Política, Sociedade da PUC/SP.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

Anexo I

Tabela: Dados relativos a sepultamentos na Freguesia de Santa Cruz da Chapada no sec. XIX

10 de novembro de 1870 a 20 de junho de 1875											
		Causa de morte									
		Febre	Morte súbita	Enf. crônicas	Parto	Acidente	Assassinato	Hidropisia	Outras	SR	Total
Sexo	Masc.	9	2	6		1	3	1	4	22	48
		18,8%	4,2%	12,5%	0,0%	2,1%	6,3%	2,1%	8,3%	45,8%	100,0%
	Fem.	8	2	12	3	1		1	1	23	51
		15,7%	3,9%	23,5%	5,9%	2,0%	0,0%	2,0%	2,0%	45,1%	100,0%
	Total	17	4	18	3	2	3	2	5	45	99
		17,2%	4,0%	18,2%	3,0%	2,0%	3,0%	2,0%	5,1%	45,5%	100,0%
Estado civil	Solteiro	4	1	5	1	1			2	5	19
		21,1%	5,3%	26,3%	5,3%	5,3%	0,0%	0,0%	10,5%	26,3%	100,0%
	Casado	7	1	4	2		1		1	9	25
		28,0%	4,0%	16,0%	8,0%	0,0%	4,0%	0,0%	4,0%	36,0%	100,0%
	Viúvo	1	1	7			1	2		7	19
		5,3%	5,3%	36,8%	0,0%	0,0%	5,3%	10,5%	0,0%	36,8%	100,0%
	SR	5	1	2		1	1		2	24	36
		13,9%	2,8%	5,6%	0,0%	2,8%	2,8%	0,0%	5,6%	66,7%	100,0%
Total	17	4	18	3	2	3	2	5	45	99	
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Idade (anos)	RN									30	30
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	Até 2	2								5	7
		28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	71,4%	100,0%
	3 a 10			1		1				2	4
		0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	100,0%
	11 a 18	2		1	1	1				4	9
		22,2%	0,0%	11,1%	11,1%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	44,4%	100,0%
	19 a 25	3	1				2		1		7
		42,9%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	28,6%	0,0%	14,3%	0,0%	100,0%
	26 a 35	2	1		1				1	3	8
		25,0%	12,5%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	37,5%	100,0%
	36 a 45	1		3			1			3	8
		12,5%	0,0%	37,5%	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	37,5%	100,0%
	46 a 60	2	1	7					2	7	19
		10,5%	5,3%	36,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,5%	36,8%	100,0%
	61 a 75	2		4					1	4	11
		18,2%	0,0%	36,4%	0,0%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	36,4%	100,0%
	mais de 76			1					1	1	3
		0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	16,7%	50,0%	100,0%
SR	3	1	1	1					14	20	
	15,0%	5,0%	5,0%	5,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	70,0%	100,0%	
Total	16	4	15	3	2	2	2	5	72	121	
		13,2%	3,3%	12,4%	2,5%	1,7%	1,7%	1,7%	4,1%	59,5%	100,0%